

# O imperialismo hoje: Harvey, Wood e Lenin

Pedro Mattos<sup>1</sup>

**Resumo:** O imperialismo tem sido objeto de polêmica desde a virada a século XIX para o XX. Após um período ausente do debate teórico e político, o tema voltou à agenda no início do século XXI. O presente artigo busca apresentar as teses de Harvey e Wood e uma crítica a ambas à luz da teoria do imperialismo de Lenin.

**Palavras chave:** Imperialismo. Marxismo. Lenin.

**Abstract:** Imperialism has been object of polemics since the turn of the nineteenth to the twentieth century. After a period of absence from the theoretical and political debate, the subject returned to the agenda at the beginning of the twenty-first century. This article aims to present Harvey's and Wood's theses and a critique of both in light of Lenin's theory of imperialism.

**Keywords:** Imperialism. Marxism. Lenin.

## Introdução

Os debates sobre o imperialismo marcaram o século XX. Analisado primeiro por liberais, ainda no século XIX, tornou-se objeto também no campo do marxismo, onde a polêmica deu o tom dos debates. Não só teóricas, as polêmicas traziam importantes desdobramentos políticos num contexto marcado pelas guerras mundiais e pela cisão do movimento operário internacional. Nessa disputa, prevaleceu a interpretação de Lenin.

As teses leninistas em torno do imperialismo e do direito das nações à autodeterminação orientaram os movimentos de libertação

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia Política Internacional pela UFABC. Graduado em economia (EPPEN/UNIFESP) e engenharia ambiental (EESC/USP).

nacional que marcaram o ciclo revolucionário mundial que ocupou grande parte do século XX<sup>2</sup>. Esse período de ofensiva das massas populares foi marcado por revoluções diversas, mas todas ligadas à crise do sistema imperialista. Contudo, desde o final da década de 1970, boa parte das contradições que alimentaram esse ciclo de revoluções foram sendo deslocadas, dando lugar a um novo modelo que permitiu acomodar, ainda que provisoriamente, tais contradições. As classes populares foram colocadas em uma defensiva que se agravaria com o fim da União Soviética. Conformava-se o modelo capitalista neoliberal e um novo arranjo internacional, em que a financeirização e a internacionalização produtiva são traços importantes.

Os efeitos econômicos, políticos e ideológicos do neoliberalismo são muitos e fogem ao nosso escopo. Um dos mais notáveis é o enorme aumento da desigualdade<sup>3</sup>. No âmbito político, destaca-se o enfraquecimento dos trabalhadores e de suas organizações, o que contribui e é reforçado pelo aumento da desigualdade. Mas por ora nos interessa mais apontar um efeito ideológico. A ascensão neoliberal foi acompanhada por teses que afirmavam o fim da História, ou seja, o fim da luta de classes e do próprio marxismo. Nesse quadro de esvaziamento político vimos, em síntese, o fortalecimento do reformismo no interior da própria esquerda, com o gradual abandono da perspectiva revolucionária que marcou o século XX.

Não se estranha, portanto, que os debates em torno do imperialismo tenham se arrefecido. Por um lado, esse quadro ideológico buscava jogar no lixo a ciência da história inaugurada por Marx, na qual se inserem as teorias do imperialismo. Por outro, a nova situação internacional atenuou contradições do período anterior, abrindo

---

<sup>2</sup> Cf. Boito Jr. (2007).

<sup>3</sup> Conforme o World Inequality Report 2022, entre 1995 e 2021, o 1% mais rico do mundo capturou 38% de todo o crescimento da riqueza, enquanto os 50% mais pobres capturaram só 2%. Nesse período, o 0,1% mais rico viu sua fatia da riqueza mundial aumentar de 7% para 11%.

espaço para visões apologéticas da globalização como convergência de um mundo antes dividido.

Contudo, o neoliberalismo conseguiu deslocar e acomodar apenas provisoriamente as contradições que se moviam no interior das formações sociais e no sistema internacional. Com o fortalecimento de blocos políticos e econômicos não plenamente alinhados ao imperialismo, a divisão entre formações sociais imperialistas e dependentes tem se acirrado. E no que tange à unidade estabelecida no bloco imperialista, ela nunca significou a ausência de conflitos<sup>4</sup>.

Assim, a temática do imperialismo volta à tona em função da escalada militar dos EUA no início dos anos 2000, da crise de 2008 e, mais recentemente, por conta da ascensão chinesa e do conflito na Ucrânia. Esses episódios indicam um reavivamento da divisão entre formações imperialistas e dependentes no cenário internacional, ainda que em novas bases. Por um lado, o campo imperialista sob liderança dos EUA busca manter sua situação privilegiada, minando esforços para a constituição de um sistema internacional multipolar. Por outro, o campo dependente demonstra a intenção de ao menos enfraquecer o sistema imperialista, como demonstra a política chinesa e a clara demarcação militar da Rússia perante a OTAN. Não é acaso que em recentes votações na ONU condenando a invasão russa ou pela sua exclusão do conselho de direitos humanos, muitos países dependentes optaram pela abstenção, mesmo em uma situação extrema.

Na retomada da discussão sobre o imperialismo, destacam-se David Harvey e Ellen Wood. Ambos buscaram analisar o “novo” imperialismo, indicando a superação do que seria a “velha” teoria do imperialismo. O presente artigo busca apresentar as formulações dos dois autores, bem como uma crítica a ambas à luz da teoria do imperialismo de Lenin.

---

<sup>4</sup> “É apenas na teoria do ultra-imperialismo que essa hegemonia é identificada com a completa ausência de contradições inter-imperialistas e com a ‘pacificação’ das metrópoles imperialistas sob hegemonia estadunidense” (Poulantzas, 1978, p.86).

Tal crítica visa retificar um aspecto problemático de tais teorias, que trazem contribuições fundamentais. Ambas acabam por desconsiderar a divisão fundamental entre formações imperialistas e dependentes apontada por Lenin. A consequência é uma posição vacilante que no limite equipara China (pela força econômica) e Rússia (pela força militar), formações dependentes em contradição com o imperialismo sob hegemonia dos EUA, às potências imperialistas com que rivalizam. Assumir tal equivalência nos parece um erro político para aqueles que buscam um sistema internacional mais permeável aos interesses das formações dependentes.

## **O novo imperialismo de Harvey**

O geógrafo estadunidense David Harvey (2013, p. 33) indica que “crise é o nome que se dá às fases de desvalorização e destruição dos excedentes de capital que não podem ser lucrativamente absorvidos”. Tal afirmação condensa dois elementos centrais da sua produção: a sobreacumulação de capital (capital excedente além da capacidade de alocação lucrativa) e a desvalorização do capital (processos que eliminam o capital excedente em circulação). Daí decorrem dois processos fundamentais à dinâmica capitalista: os deslocamentos [ou ajustes] temporais e espaciais. Os primeiros se referem aos processos que visam acomodar o capital excedente na perspectiva de ganhos futuros. Nesta categoria se inserem operações associadas ao capital fictício e ao capital portador de juros. Além delas, projetos de longo prazo das grandes corporações também permitem o deslocamento temporal. A outra forma de acomodar os capitais excedentes é por meio de sua aplicação em territórios com maiores possibilidades de ganhos. Assim, os deslocamentos espaciais se configuram como expansões e reestruturações geográficas a partir de fluxos de capital estabelecidos no mercado mundial e no interior dos territórios nacionais (HARVEY, 2013). Tais noções dão base para a sua teoria do imperialismo.

Inspirado em Luxemburgo, Harvey aponta o caráter dual do processo de acumulação de capital, que compreenderia tanto formas capitalistas de produção e circulação de mercadorias quanto formas “primitivas”. Para Harvey, esse seria um avanço perante as premissas adotadas por Marx n’O Capital, que tinham a desvantagem de “relegar a acumulação baseada na predação, na fraude e na violência a um ‘estágio originário’ que não é mais considerado relevante ou, como para Luxemburgo, tido como algo ‘fora’ do sistema capitalista” (Harvey, 2004, p.74). Partindo daí, o autor apresenta o elemento central do “novo” imperialismo: a acumulação por espoliação [desposseção].

Uma reavaliação geral do contínuo papel e persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” dentro da longa geografia histórica da acumulação de capital é, portanto, muito apropriada [...]. Visto que parece peculiar chamar um processo em andamento de “primitivo” ou “original”, irei [...] substituir esses termos pelo conceito de “acumulação por desposseção” (HARVEY, 2004, p. 74).

Para Harvey, tais práticas “permaneceram fortemente presentes na geográfica histórica do capitalismo” (2004, p. 74), ainda que em formas distintas do apontado por Marx. O desenvolvimento capitalista teria resultado em formas inéditas de acumulação por espoliação, bem como no fortalecimento de novos meios para tanto, como os instrumentos financeiros.

Assim, a acumulação por espoliação é tida como elemento indissociável do processo de valorização do capital. Ela seria “onipresente em qualquer período histórico e se intensifica fortemente quando a crise de sobreacumulação atinge a reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída exceto a desvalorização” (Harvey 2004, p. 76).

Nessa perspectiva, o imperialismo é intrínseco ao próprio desenvolvimento capitalista, cuja tendência à sobreacumulação

desencadeia processos que buscam deslocar tal contradição no tempo [na esfera financeira] e no espaço [nos diferentes territórios]. Para Harvey, portanto, o imperialismo se expressa em práticas que visam compensar a instabilidade do processo de reprodução ampliada do capitalismo e que se intensificam com a sobreacumulação de capital. Como ele explica:

A sobreacumulação [...] é uma condição em que excedentes de capital [...] estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. [...] O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos [...] a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. (HARVEY, 2005, p. 124)

Harvey afirma se aproximar mais da interpretação de Arendt do imperialismo como exercício do domínio político global da burguesia, do que da análise de Lenin, como mais alto estágio do capitalismo (HARVEY, 2005, p. 107). Mas principalmente, ele parece entender o imperialismo como uma “lógica”, ou melhor, uma combinação contraditória entre a lógica do poder territorial [do Estado] e a lógica do poder capitalista. Aqui também Harvey (2005, p.36-37) recorre a Arendt, para quem “uma acumulação interminável de propriedade [...] tem de basear-se numa acumulação interminável de poder”.

Nesse sentido, a pretensão global do capitalismo se relaciona à sua busca irrefreável pela valorização do valor, que não reconhece limites geográficos. Contudo, o império informal dos EUA não baseia sua liderança no domínio territorial, ainda que a contenção territorial tenha seu papel. Para Harvey, sua liderança se baseia na hegemonia que mantém a nível global, em nome de todas as potências imperialistas. Isso porque “a acumulação de poder coletivo constitui a única base sólida da hegemonia no âmbito do sistema global. O poder do *hegemon* é contudo derivado de um equilíbrio sempre instável entre coerção e consenso e se exprime por meio dele” (HARVEY, 2005, p. 40).

Harvey entende que a coerção se intensifica na medida em que a hegemonia, ou o consenso, se enfraquece. Isso porque conforme os capitais se sobreacumulam nas economias centrais, se estabelece uma disputa em torno de quem sofrerá com as necessárias desvalorizações. Ao mesmo tempo, a consolidação de potências regionais traz à tona os limites geográficos e naturais que a valorização do valor ignora, mas que a realidade insiste em impor. Esta tendência teria se conformado em ameaça real à hegemonia dos EUA, primeiro na década de 1970 pela Alemanha e pelo Japão e mais recentemente pela China.

A interpretação de Harvey quanto ao imperialismo se relaciona às suas concepções mais gerais do marxismo. Ela tem o mérito de incorporar os aspectos temporal e geográfico na análise do desenvolvimento histórico do capitalismo, mas seu enfoque é restrito à circulação do valor. Indício disso é o fato de o principal aspecto econômico do imperialismo apontado por ele ser a espoliação, notoriamente um processo de transferência de valor sem menções quanto à sua forma de produção. Nesse sentido, Harvey não reduz o capitalismo à uma simples economia de mercado, mas identifica nesta a base da existência daquele. Por isso, para Harvey, o mais adequado não seria falar em imperialismo, mas em “práticas imperialistas”, adotadas por qualquer formação social em condições de exercer hegemonia regional.

Tal concepção focada nas práticas, em contradição com a teoria de Lenin, ignora a divisão primordial que determina o imperialismo enquanto sistema internacional. Ela implica que qualquer formação social que encontre dificuldades na reprodução ampliada possa assumir uma “lógica” imperialista. Não é de se estranhar, portanto, que Harvey tenha concebido que o desenvolvimento do sudeste asiático nos últimos 40 anos tenha “revertido” os fluxos de valor do “ocidente” para o “oriente”<sup>5</sup>, tese identificada por Smith (2018) como a própria negação do imperialismo. Sem considerar a divisão do mundo

---

<sup>5</sup> Cf. Is ‘Imperialism’ a Relevant Concept Today? Disponível em: <https://bit.ly/3fRck2p>

estabelecida na era do imperialismo, Harvey cria uma abstração que simplesmente ignora a massiva transferência de riqueza de nações dependentes, inclusive da China, para as nações imperialistas, o que foi demonstrado empiricamente por Carchedi e Roberts (2021) e por Hickel, Sullivan e Zoomkawala (2021).

## **O império do capital de Wood**

Ellen Meiksins Wood, historiadora e cientista política estadunidense, é conhecida pela sua crítica ao reducionismo mecanicista e ao determinismo econômico vulgar decorrentes de uma divisão estanque entre economia e política. Segundo ela, a tendência a “regionalizar” o todo social seria um reflexo distorcido da realidade histórica específica da exploração capitalista, em que “a apropriação do excedente de trabalho ocorre na esfera ‘econômica’ por meios ‘econômicos’” (WOOD, 2003, p.34). Ou seja, a exploração capitalista dispensaria instrumentos extraeconômicos ou de coerção. A mera dependência perante o mercado seria suficiente para incentivar o trabalhador a vender sua força de trabalho em uma relação legal estabelecido entre indivíduos livres: o capitalista e o trabalhador.

Isso não significa dizer que a coerção é ausente, mas sim que no capitalismo ela não é acionada diretamente pelos que se apropriam do valor excedente. O Estado, além de estabelecer a ideologia e as formas jurídicas da exploração capitalista, mantém o monopólio da força coercitiva. Assim, a exploração econômica só parece se dar de forma não coercitiva pois tal função se concentra no Estado.

Sua interpretação do imperialismo também busca identificar a especificidade capitalista, que residiria no fato de este se dar em uma época em que a dinâmica capitalista se afirma nos seus próprios termos, completamente dominante perante formas não capitalistas. Segundo Wood (2014, p.147), “[o] que distingue o mundo de hoje das fases anteriores do capitalismo é a universalização dos imperativos capitalistas”. Isso tornaria os mecanismos extraeconômicos de coerção



menos necessários, permitindo um imperialismo especificamente capitalista.

Com a universalização dos imperativos capitalistas, o imperialismo atual pode dispensar a dominação territorial que marcou experiências imperiais pré-capitalistas e os diversos imperialismos em disputa entre meados do século XIX e o final da segunda guerra mundial. Isso contribuiria para a relativa estabilidade no conflito inter-imperialista dos tempos atuais.

Na atual fase do capitalismo “o capital transnacional parece ter fugido das fronteiras do ‘Estado-nação’, o poder do capital parece ter se tornado ainda mais difuso [...]. Ele parece estar em toda parte e em lugar nenhum.” (WOOD, 2014, p.24). Apesar dessa áurea fantasmagórica do capital, que se espraia malgrado as fronteiras, Wood ressalta a importância do Estado na sua organização. Em sua perspectiva, “a forma política da globalização é, [...] não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais, estruturado numa relação complexa de dominação e subordinação” (WOOD, 2014, p. 27-28).

Seguindo sua interpretação mais geral do capitalismo, Wood indica que, ainda que Estados imperialistas intervenham em outros Estados – como demonstram os golpes com apoio externo, as sanções e as intervenções militares –, sua atuação não busca a simples expropriação, mas principalmente garantir a livre circulação do capital naquele território, ou seja, tornar viável a valorização do valor em escala internacional. Como afirma Wood (2014, p.100), “o propósito das potências militares se afastou decisivamente dos objetivos relativamente bem definidos de expansão imperial e rivalidade inter-imperialista para o objetivo genérico de policiar o mundo no interesse do capital”.

Ainda que tenha origem no império britânico, o imperialismo especificamente capitalista só se tornaria dominante ao final da segunda guerra mundial, quando os EUA afirmaram sua hegemonia militar e econômica. No plano militar, isso se deu pelo lançamento das

bombas atômicas no Japão. Já no plano econômico, a hegemonia dos EUA envolveu a construção de toda a institucionalidade que passaria a regular a economia mundial e o sistema de Estados, incluindo o sistema de Bretton Woods, FMI, Banco Mundial e, mais tarde, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Ficava para trás o imperialismo baseado na relação entre “senhores imperiais e súditos coloniais”, e se consolidava o imperialismo especificamente capitalista, baseado em uma “interação complexa entre Estados mais ou menos soberanos” (WOOD, 2014, p.100).

O imperialismo, portanto, não prescinde do Estado. Pelo contrário, o modelo de organização política e econômica estabelecido desde o final da segunda guerra mundial pressupõe os Estados, uma vez que não há qualquer alternativa que garanta a dominação capitalista. Por isso, a existência das diversas formações sociais, “cada uma com seu próprio regime social e de condições de trabalho, presididas por Estados territoriais mais ou menos soberanos, é não menos essencial para a ‘globalização’ que a livre movimentação do capital” (WOOD, 2014, p.105).

A interpretação de Wood do imperialismo coloca o Estado no centro do processo de internacionalização do capital. Isso porque ele “em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital sobreviver e navegar todo o mundo. Não seria exagero dizer que o Estado é a única instituição não econômica verdadeiramente indispensável ao capital” (WOOD, 2014, p.106-107). Além disso, a globalização neoliberal, que estende o alcance do grande capital para muito além das suas economias de origem, exige que em cada formação social sejam garantidas as condições para a valorização capitalista, o que só pode ser alcançado através de múltiplos Estados. Nesse sentido, “a própria essência da globalização é uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação” (WOOD, 2004, p.108).

Um sistema de múltiplos Estados, contudo, traz diversas contradições, tanto no interior das formações sociais quanto nas relações interestatais. “Inevitavelmente, administrar um sistema como esse exige, em última instância, um único poder militar esmagador, capaz de manter todos os outros na linha” (WOOD, 2014, p.108). É justamente por isso que os EUA, mesmo após a segunda guerra mundial e o fim da URSS, teriam mantido um aparato militar muito maior que o dos demais Estados. Assim, justamente o imperialismo capitalista, que aparenta prescindir de meios extraeconômicos de dominação, produziu o maior aparelho militar já visto.

Esse “imperialismo excedente” parte de um equilíbrio delicado e contraditório entre os diversos Estados, que visa a supressão da concorrência de outras potências e a manutenção de condições para o funcionamento dos mercados e obtenção do lucro. Por isso, as principais nações capitalistas mantêm entre si uma relação de competição e cooperação, sendo que a hegemonia se expressa na capacidade de manter o domínio sobre os concorrentes. Assim, a incontestável supremacia dos EUA no âmbito militar surge como forma de dissuadir os concorrentes de buscarem um aumento independente de suas forças militares e aspirar à dominância global (WOOD, 2014).

Wood tem uma interpretação inovadora do imperialismo que se fundamenta na organização do sistema internacional e dá primazia aos Estados. Ela reconhece a desigualdade nesse sistema de subordinação e dominação entre os múltiplos Estados que é oculta pelos imperativos do mercado mundial. Mas, assim como Harvey, desconsidera a divisão fundamental no sistema internacional em nome de uma articulação pretensamente mais complexa de relações de dominação e subordinação. Tais relações parecem ser majoritariamente determinadas pelo aspecto militar e alheias aos mecanismos que violam o ideal da livre concorrência capitalista e viabilizam as transferências de valor para as formações imperialistas, como os poderes de monopólio e monopsônio.

Por isso, apesar das importantes contribuições de ambos os autores, acreditamos ser pertinente uma crítica a partir da teoria de Lenin, que compreende o imperialismo como um estágio do desenvolvimento capitalista, mas também como um sistema internacional marcado pela divisão do mundo em favor das formações sociais que atingiram tal estágio.

## **O imperialismo de Lenin**

Seguindo Lenin, entendemos o imperialismo como um conceito duplo, que se refere a dois aspectos distintos, ainda que indissociáveis. Por um lado, expressa um determinado estágio do desenvolvimento capitalista nas formações centrais. Por outro, se refere a um sistema internacional que busca subordinar e condicionar as diversas formações sociais, fundamentalmente em favor dos interesses das que mantém a posição dominante.

Distinguir os dois aspectos do imperialismo é necessário por duas razões. Em primeiro lugar, para ressaltar que o imperialismo é um estágio do desenvolvimento capitalista, o que só pode se dar no interior de determinada formação social. Por outro lado, e esta é a segunda razão, não se pode ignorar que, desde que as formações sociais centrais atingiram o estágio imperialista do capitalismo, conformou-se um determinado arranjo para o mercado mundial e para o sistema internacional de Estados. Este arranjo tem como marca principal a divisão do mundo entre as formações sociais imperialistas e as formações sociais dependentes.

Tomemos a clássica definição de Lenin (1974b, p.266-267):

Sem esquecer o valor condicional e relativo de toda definição em geral [...] devemos dar uma definição de imperialismo que inclua as cinco a seguir entre as suas características básicas: (1) a concentração da produção e do capital se desenvolveu a um estágio tão alto que criou monopólios que mantém papel decisivo

na vida econômica; (2) a fusão do capital bancário com o capital industrial, e a criação, com base nessa ‘finança’, de uma oligarquia financeira; (3) a exportação de capital, distinta da exportação de commodities, adquire importância excepcional; (4) a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais, que dividem o mundo entre si; e (5) a divisão territorial de todo o mundo entre as maiores potências capitalistas está completa.

A definição deixa clara a dupla dimensão do conceito. Enquanto os primeiros três itens versam sobre o desenvolvimento capitalista, os outros dois falam do sistema internacional e o papel dominante das associações monopolistas e potências imperialistas. Mas se nos atentarmos para os últimos itens, nota-se uma lacuna. Se é claro que as potências capitalistas assumem a posição dominante e dividem o mundo entre si, não fica tão clara a divisão que necessariamente antecede essa: a divisão do mundo entre formações sociais imperialistas e formações sociais dependentes.

Curiosamente, esse aspecto implícito na sua definição mais famosa foi o que determinou a maior parte de seus embates teóricos e políticos. Como explica Lenin em prefácios de *Imperialismo...*<sup>6</sup> escritos posteriormente, a censura czarista o impediu de apresentar sua teoria na totalidade. Em um deles, Lenin sugere a leitura dos seus artigos escritos entre 1914 e 1917 para melhor compreensão da teoria. Muitos desses artigos versavam justamente sobre as formações sociais dependentes e o direito das nações a autodeterminação.

Para Lenin, portanto, a divisão do mundo entre formações imperialistas e dependentes é o aspecto primordial quando pensamos no sistema internacional imperialista, assim como os monopólios e a exportação de capital são centrais ao pensarmos nas formações sociais imperialistas.

---

<sup>6</sup> Cf. Preface em Lenin (1974b)

Por isso Lenin foi taxativo no combate às teses de Kautsky, defendendo que “o programa da social-democracia, como contraponto à utopia oportunista e pequeno-burguesa, deve postular a divisão das nações entre opressoras e oprimidas como básico, expressivo e inevitável sob o imperialismo” (LENIN, 1974f, p. 147). Também polemizou com Luxemburgo e suas teses acerca da inviabilidade da autodeterminação das nações e das guerras nacionais de sentido progressista<sup>7</sup>. E em disputa em torno do programa do partido comunista russo com Bukharin, que defendia uma concepção monolítica do imperialismo e desconsiderava a questão nacional, o dirigente bolchevique novamente afirmou a centralidade da luta de libertação nacional<sup>8</sup>.

Tais polêmicas culminariam na apresentação e a aprovação das teses sobre as questões nacional e colonial no segundo congresso da internacional comunista, quando Lenin defendeu que a principal característica do imperialismo é “todo o mundo sendo dividido entre uma grande quantidade de nações oprimidas e um número insignificante de nações opressoras, as últimas possuindo riqueza colossal e forças armadas poderosas” (LENIN, 1974c, p. 240)

A centralidade dada por Lenin a essa divisão primordial entre formações sociais imperialistas de dependentes tem um sentido estratégico. Como dirigente revolucionário, Lenin reconhecia que o imperialismo abria uma época de revoluções que incluiria as revoluções socialistas, mas também revoluções democráticas e de libertação nacional<sup>9</sup>, como de fato ocorreu ao longo do século XX. Além disso, longe de negar a questão nacional em nome da revolução social, “Marx [...] colocou o fundamental princípio do internacionalismo e do

---

<sup>7</sup> Cf. Lenin (1974e).

<sup>8</sup> Cf. Lenin (1974d).

<sup>9</sup> “A revolução social pode vir na forma de uma época em que se combinam a guerra civil do proletariado contra a burguesia nos países avançados e toda uma série de movimentos democráticos e revolucionários, incluindo o movimento de libertação nacional nas nações subdesenvolvidas, atrasadas e oprimidas” (LENIN, 1974a, p. 60).

socialismo em primeiro plano - a saber, que nenhuma nação pode ser livre se oprime outras nações” (LENIN, 1974f, p. 149).

Nos dias de hoje, após um período em que as contradições do sistema imperialista foram atenuadas pelo avanço neoliberal, assistimos a um novo acirramento, ainda que em bases distintas. Não se trata de uma repetição do ciclo revolucionário do século XX, mas de um novo período de crises que se relaciona profundamente com a contradição entre formações imperialistas e dependentes. Os maiores exemplos talvez sejam o conflito entre OTAN e Rússia, que tem a Ucrânia como palco, e a beligerância dos EUA perante a China. Mas tal contradição também se expressa no crescente chauvinismo no interior das formações imperialistas, que alimenta organizações de extrema direita e movimentos fascistas. Por outro lado, as formações dependentes parecem cada vez mais dispostas a construir maior autonomia perante o sistema imperialista, com iniciativas como o BRICS, OPEP+, CELAC, OCX entre outras. Mais recentemente, tal disposição culminou em nota conjunta de Rússia e China<sup>10</sup> sobre uma nova era nas relações internacionais, demarcando uma posição perante o bloco imperialista.

Harvey simplesmente ignora essa divisão primordial, assumindo que as práticas imperialistas possam ser adotadas por qualquer formação social que esteja pressionada pela sobreacumulação. Apesar dessa importante diferença, sua tese se aproxima de Lenin no reconhecimento de que em determinado estágio do desenvolvimento capitalista o capital e a finança excedem suas fronteiras e passam a buscar novos territórios econômicos, especialmente por meio da exportação de capitais que sempre visa as transferências de valor, que podem ou não recorrer ao expediente da espoliação. E não deixa de ser notório que o neoliberalismo favorece a agenda da espoliação. Contudo, isso não expressa um expediente “primitivo”, mas sim a subordinação das formações dependentes aos interesses das potências imperialistas e de suas associações monopolistas.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://bit.ly/3WWsEDM>.

Wood, por sua vez, até reconhece a existência de um sistema de Estados “mais ou menos soberanos”, bem como a possibilidade permanente do conflito inter-imperialista. Assim como Lenin, ela entende que esse sistema visa garantir as condições para a valorização do capital das formações imperialistas, mas não situa esse sistema desigual no quadro mais amplo da divisão do mundo, perdendo de vista o fato de que concretamente tal sistema favorece o bloco de países imperialistas, não os Estados capitalistas em geral.

Por fim, é importante notar que ambos os autores discorrem sobre as vantagens obtidas pelo grande capital imperialista, mas pouco dizem sobre os aspectos que viabilizam tal situação, a saber, as condições particulares do capitalismo dependente, marcado pela superexploração do trabalho e pela penetração dos interesses do imperialismo na sociopolítica interna. Mas isso é tema para outro artigo.

## **Conclusão**

Como vimos, a grande diferença entre Lenin e os outros autores aqui discutidos é a centralidade dada à divisão do mundo. Na teoria de Lenin fica claro que o sistema internacional imperialista é primordialmente dividido entre as associações monopolistas e Estados imperialistas, por um lado, e os povos e nações oprimidos do outro. É claro que com a ascensão do neoliberalismo e a disseminação do capitalismo por todo o mundo, tal divisão mudou de qualidade, se valendo de formas menos diretas de dominação, como notou Wood. Mas a teoria de Lenin nunca considerou imprescindível a dominação territorial ou mesmo a subordinação política formal. Como indicava Lenin (1974g, p. 425) em suas anotações sobre o livro de Hobson, “a verdadeira história do imperialismo, em contraste com o colonialismo, claramente ilustra essa tendência [...] de fazer os nativos explorarem sua própria terra em nosso benefício”. E ressaltou que “a ‘anexação’ econômica é totalmente ‘alcançável’ sem a anexação política e é



amplamente praticada. [...] a anexação política muitas vezes torna a anexação econômica mais fácil, mais barata [...], mais conveniente, menos problemática” (Lenin, 1974a, p. 44). Nesse sentido, são fundamentais as teorias da dependência, que buscam analisar a forma pela qual a dominação imperialista se estabelece e se reproduz no interior das próprias formações sociais dependentes. Isso porque tal dominação não se dá de forma unilateral por parte do imperialismo, mas exige setores internos que se associem a ele e contribuam para a sua reprodução.

Harvey e Wood trazem contribuições fundamentais ao debate. O primeiro nos ajuda a identificar as formas através das quais o imperialismo logra capturar parte do valor produzido nas formações dependentes e demonstra que tal expediente se torna imprescindível na crise, quando predomina a sobreacumulação. Wood nos permite romper com as noções equivocadas que sugerem a irrelevância dos Estados frente à globalização neoliberal, ignorando que um mercado mundial capitalista só é possível pela existência de múltiplos Estados, ainda que com níveis distintos de soberania. E ambos demonstram que o incomparável poderio militar dos EUA tem como objetivo enquadrar seus oponentes e seus aliados, garantindo que o capital das formações imperialistas possa circular e se valorizar em todo o mundo. Suas teses, contudo, devem ser compreendidas no interior do quadro já desenhado por Lenin no início do século XX, sob o risco de caírem numa abstração que desconsidera a realidade do imperialismo; isto é, um arranjo que sistematicamente favorece as formações sociais imperialistas e suas grandes corporações em detrimento das formações sociais dependentes e suas massas superexploradas.

A globalização neoliberal construiu um mundo cada vez mais conectado e interdependente. Mas esse mundo “integrado” serve majoritariamente aos interesses da oligarquia financeira do imperialismo e seus associados. Por isso ele é profundamente, e cada vez mais, desigual. Assim, no âmbito internacional, o imperialismo segue sendo primordialmente a divisão do mundo, como apontou

Lenin. Superar tal divisão é fundamental para trazer crescimento e prosperidade comum para todos os povos da periferia e mesmo para os trabalhadores das formações sociais imperialistas. A construção do socialismo passa necessariamente pela luta anti-imperialista. E isso nos exige uma análise concreta que a teoria de Lenin ainda nos ajuda a alcançar.

## Referências

BOITO JR, A. O esgotamento do ciclo revolucionário do século XX. In: Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: UNESP. 2007. p.213-221.

CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. **The Economics of Modern Imperialism**. In: Historical Materialism. Disponível em: <http://bit.ly/3Esfl6T>.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession**. In: Socialist Register, 40, 2004. p.63-87.

HICKEL, J.; SULLIVAN, D.; ZOOMKAWALA, H. **Plunder in the post-colonial era: quantifying drain from the global south through unequal exchange, 1960–2018**. In: New Political Economy, 26:6, 2021. p.1030-1047

LENIN, V. I. **A caricature of marxism and imperialist economism**. In: Collected Works 23. Moscow: Progress Publishers. 1974a. p. 28-76.

LENIN, V. I. **Imperialism, the highest stage of capitalism: a popular outline**. In: Collected Works 22. Moscow: Progress Publishers, 1974b. p.185-304.

- LENIN, V. I. **Report of the commission on the national and the colonial questions - July 26.** In: Collected Works 31. Moscow: Progress Publishers. 1974c. p.240-245.
- LENIN, V. I. **Report on the party programme - March 19.** In: Collected Works 29. Moscow: Progress Publishers. 1974d. p.165-185.
- LENIN, V. I. **The Junius Pamphlet.** In: Collected Works 22. Moscow: Progress Publishers, 1974e. p.305-319.
- LENIN, V. I. **The socialist revolution and the right of nations to self-determination.** In: Collected Works 22. Moscow: Progress Publishers, 1974f. p.143-156.
- LENIN, V. I.; KRUPSKAYA, N. K. **Notebook “κ” (kappa): J. A. Hobson, Imperialism.** In: Collected Works 39. Moscow: Progress Publishers. 1974g. p.405-436.
- POULANTZAS, N. **Classes in Contemporary Capitalism.** London: Verso, 1978.
- SMITH, J. **David Harvey denies Imperialism.** In: Review of African Political Economy. Disponível em: <http://bit.ly/3fW3F33>.
- WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- WOOD, E. M. **O Império do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.